



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LIMÕES
Pessoa Colectiva Religiosa n.º 502172649

CONTAS DE GERÊNCIA 2021

Centro Social e Paroquial de Limões
 Contribuinte: 502172649
 Exercício: 2021

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação A - B	Orçamento 2021 (D)	Variação A - D
	2021 (A)	2020 (B)			
Gastos					
61. CMVMC					
- Géneros alimentares e outros	- €	- €	- €	- €	- €
- Medicamentos e consumíveis	- €	- €	- €	- €	- €
Total 61	- €	- €	- €	- €	- €
62. Fornecimentos e serviços externos					
- Subcontratos	8.533,02 €	11.413,82 €	- 2.880,80 €	8.600,00 €	- 66,98 €
- Trabalhos especializados	3.745,72 €	2.777,71 €	968,01 €	4.000,00 €	- 254,28 €
- Publicidade e propaganda	- €	- €	- €	- €	- €
- Vigilância e segurança	- €	59,04 €	- 59,04 €	70,00 €	- 70,00 €
- Honorários	20,00 €	- €	20,00 €	30,00 €	- 10,00 €
- Comissões	- €	- €	- €	- €	- €
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)	- €	- €	- €	100,00 €	- 100,00 €
- Serviços bancários	- €	- €	- €	- €	- €
- Outros serviços (p.eventual, art. decoração, ...)	- €	- €	- €	- €	- €
- Ferramentas e utensílios	104,00 €	50,79 €	53,21 €	100,00 €	4,00 €
- Material de escritório	1.183,02 €	532,47 €	650,55 €	530,00 €	653,02 €
- Artigos p/ oferta	146,90 €	- €	146,90 €	- €	146,90 €
- Encargos com utentes	- €	- €	- €	- €	- €
- Eletricidade	1.666,45 €	2.313,83 €	- 647,38 €	2.500,00 €	- 833,55 €
- Combustíveis (gasolina, gasóleo, gás)	- €	- €	- €	- €	- €
- Água	106,62 €	112,35 €	- 5,73 €	120,00 €	- 13,38 €
- Ar medicinal	- €	- €	- €	- €	- €
- Deslocações e estadas	- €	- €	- €	- €	- €
- Rendas e alugueres	- €	- €	- €	- €	- €
- Comunicação	455,50 €	384,73 €	70,77 €	400,00 €	55,50 €
- Seguros	455,12 €	455,12 €	- €	450,00 €	5,12 €
- Contencioso e notariado	- €	- €	- €	- €	- €
- Despesas de representação	- €	70,00 €	- 70,00 €	- €	- €
- Limpeza, higiene e conforto	592,46 €	2.118,15 €	- 1.525,69 €	2.200,00 €	- 1.607,54 €
- Outros fornecimentos e serviços	- €	- €	- €	- €	- €
Total 62	17.008,81 €	20.288,01 €	- 3.279,20 €	19.100,00 €	- 2.091,19 €
63. Gastos com o pessoal					
- Vencimentos	104.053,77 €	82.961,00 €	21.092,77 €	102.800,00 €	1.253,77 €
- Encargos com segurança social	20.848,67 €	17.203,22 €	3.645,45 €	20.700,00 €	148,67 €
- Seguros de acidentes no trabalho	1.734,73 €	1.399,96 €	334,77 €	1.400,00 €	334,73 €
- Outros gastos com pessoal	1.163,67 €	858,76 €	304,91 €	1.000,00 €	163,67 €
Total 63	127.800,84 €	102.422,94 €	25.377,90 €	125.900,00 €	1.900,84 €
64. Gastos de depreciação e de amortização	5.574,21 €	5.649,70 €	- 75,49 €	5.800,00 €	- 225,79 €
65. Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €	- €
66. Perdas por redução de justo valor	- €	- €	- €	- €	- €
67. Provisões do período	- €	- €	- €	- €	- €
68. Outros gastos e perdas					
- Impostos e taxas	- €	- €	- €	- €	- €
- Alien. ativos fixos tangíveis	- €	- €	- €	- €	- €
- Participação Escola Profissional	- €	- €	- €	- €	- €
- Correções rel. períodos anteriores	140,65 €	158,37 €	- 17,72 €	140,00 €	0,65 €
- Donativos	- €	- €	- €	- €	- €
- Quotizações	62,00 €	- €	62,00 €	190,00 €	- 128,00 €
- Multas	- €	- €	- €	- €	- €
- Outros não especificados	3,68 €	9,41 €	- 5,73 €	- €	3,68 €
Total 68	206,33 €	167,78 €	38,55 €	330,00 €	- 123,67 €
69. Gastos e perdas de financiamento	- €	- €	- €	- €	- €
Total Gastos	150.590,19 €	128.528,43 €	22.061,76 €	151.130,00 €	-539,81 €

A Entidade

Centro Social Paroquial de Limões
 Serviço Solidário
 NIF 502 172 649
 4870 - 078 Limões

Ente Claves
Freixo Pius
Pe. João António

O Contabilista Certificado

Luis Leite
 CC nº 39242

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação A - B	Orçamento 2021 (D)	Variação A - D
	2021 (A)	2020 (B)			
Rendimentos	- €	- €	- €	- €	- €
71. Vendas					
72. Prestação de serviços					
- Quotas dos Utilizadores	14.911,05 €	13.567,25 €	1.343,80 €	13.600,00 €	1.311,05 €
- Terceira Idade	14.911,05 €	13.567,25 €	1.343,80 €	13.600,00 €	1.311,05 €
- Apoio Domiciliário	14.911,05 €	13.567,25 €	1.343,80 €	13.600,00 €	1.311,05 €
Total 72	14.911,05 €	13.567,25 €	1.343,80 €	13.600,00 €	1.311,05 €
74. Trabalhos p/ própria empresa	- €	- €	- €	- €	- €
75. Subsídios à exploração					
- Terceira Idade	141.552,00 €	136.632,00 €	4.920,00 €	141.550,00 €	2,00 €
- Apoio Domiciliário	141.552,00 €	136.632,00 €	4.920,00 €	141.550,00 €	2,00 €
- IEFEP	2.330,09 €	- €	2.330,09 €	2.370,00 €	39,91 €
- Norte 2020 (+ Coeso)	18.189,54 €	- €	18.189,54 €	17.900,00 €	289,54 €
- Segurança Social - Layoff	716,26 €	571,86 €	144,40 €	700,00 €	16,26 €
- Segurança Social - Adaptar Social +	- €	1.075,18 €	1.075,18 €	- €	- €
- Autarquias	- €	1.500,00 €	1.500,00 €	- €	- €
Total 75	162.787,89 €	139.779,04 €	23.008,85 €	162.520,00 €	267,89 €
76. Reversões/ganhos aumento justo valor	- €	- €	- €	- €	- €
78. Outros rendimentos e ganhos					
- Rendas e alugueres	60,00 €	- €	60,00 €	- €	60,00 €
- Venda energia EDP	175,72 €	252,70 €	76,98 €	235,00 €	59,28 €
- Imputação de subs. para investimentos	174,50 €	- €	174,50 €	175,00 €	0,50 €
- Donativos	26,00 €	103,80 €	77,80 €	- €	26,00 €
- Sinistros	4.308,02 €	- €	4.308,02 €	- €	4.308,02 €
Total 78	4.744,24 €	356,50 €	4.387,74 €	410,00 €	4.334,24 €
79. Juros, dividendos o. rendimentos simil.	183,05 €	461,67 €	278,62 €	500,00 €	316,95 €
Total Rendimentos	182.626,23 €	154.164,46 €	28.461,77 €	177.030,00 €	5.596,23 €

Resultado (Rendimentos-Gastos)	32.036,04 €	25.636,03 €	6.400,01 €	25.900,00 €	6.136,04 €
--	--------------------	--------------------	-------------------	--------------------	-------------------

Variação de Utentes		
Respostas Sociais	2021	2020
Infância e Juventude		
Creche		
ATL		
Terceira Idade		
ERPI moradias		
ERPI quartos		
Centro de Dia		
Apoio Domiciliário	40	40
Apoio Domiciliário Integrado		

Variação do Pessoal	
Anos	Funcionários
2021	10
2020	8

Investimentos		
	2021	2020
Edifícios		
Equipamento Básico		
Equipamento Administrativo	1.047,05 €	
Equipamento Transporte		
AFT em curso		
Total	1.047,05 €	

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite
 CC nº 39242



Balanco Individual em 31-12-2021

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	63.893,52	67.399,85
Investimentos financeiros	5	938,73	676,94
		64.832,25	68.076,79
Ativo corrente			
Créditos a receber	11.2	1.058,20	2.562,00
Outros ativos correntes	11.2	149.885,00	99.933,24
Diferimentos	11.6	1.350,39	1.120,74
Caixa e depósitos bancários	11.1	512.090,08	479.335,49
		664.383,67	582.951,47
Total do ativo		729.215,92	651.028,26
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	8.1	630.848,49	606.625,83
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais		872,55	
		631.721,04	606.625,83
Resultado líquido do período	8.1	32.036,04	25.636,03
Total do Fundo Patrimonial		663.757,08	632.261,86
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.2	814,87	1.130,46
Estado e outros entes públicos	11.3	2.838,05	2.558,14
Diferimentos	11.6	45.684,90	
Outros passivos correntes	11.4	16.121,02	15.077,80
Passivos não correntes detidos para venda			
		65.458,84	18.766,40
Total do passivo		65.458,84	18.766,40
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		729.215,92	651.028,26

A Entidade

O Contabilista Certificado



Luís Leite
 CC n.º 39242

Centro Social e Paroquial de Limões

Contribuinte: 502172649

Exercício: 2021

Moeda: EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		16.592,82	11.744,42
Recebimentos de subvenções		149.453,35	137.203,86
Pagamentos a fornecedores		-20.985,87	-21.634,70
Pagamentos ao pessoal		-123.669,60	-98.217,00
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	21.390,70	29.096,58
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	21.390,70	29.096,58
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		1.155,04	0,00
Juros e rendimentos similares		183,05	461,67
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>	1.338,09	461,67
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações		26,00	103,80
Outras operações de financiamento		9.999,80	60.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	10.025,80	60.103,80
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			
		32.754,59	89.662,05
Caixa e seus equivalentes no início do período		479.335,49	389.673,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período		512.090,08	479.335,49

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite
C C n.º 39242



Re. José António
António
Jeanic José
Serviço Solidário
NIF 502 172 649
4870 - 078 Limões

Centro Social e Paroquial de Limões
 Contribuinte: 502172649
 Exercício: 2021

Moeda: EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	6	14.911,05	13.567,25
Subsídios, doações e legados à exploração	7	162.787,89	139.779,04
Fornecimentos e serviços externos	11.7	-17.008,81	-20.288,01
Gastos com o pessoal	9	-127.800,84	-102.422,94
Outros rendimentos	11.9	4.744,24	356,50
Outros gastos	11.8	-206,33	-167,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		37.427,20	30.824,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-5.574,21	-5.649,70
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31.852,99	25.174,36
Juros e rendimentos similares obtidos	11.9	183,05	461,67
Resultado antes de impostos		32.036,04	25.636,03
Resultado líquido do período		32.036,04	25.636,03

A Entidade

O Contabilista Certificado

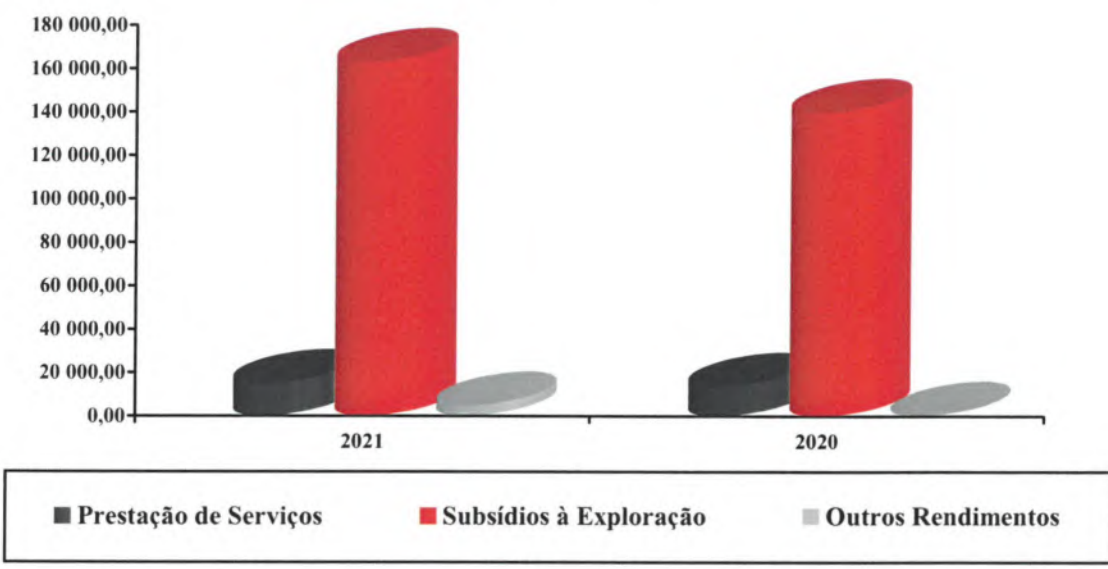
Luís Leite
 CC n.º 39242



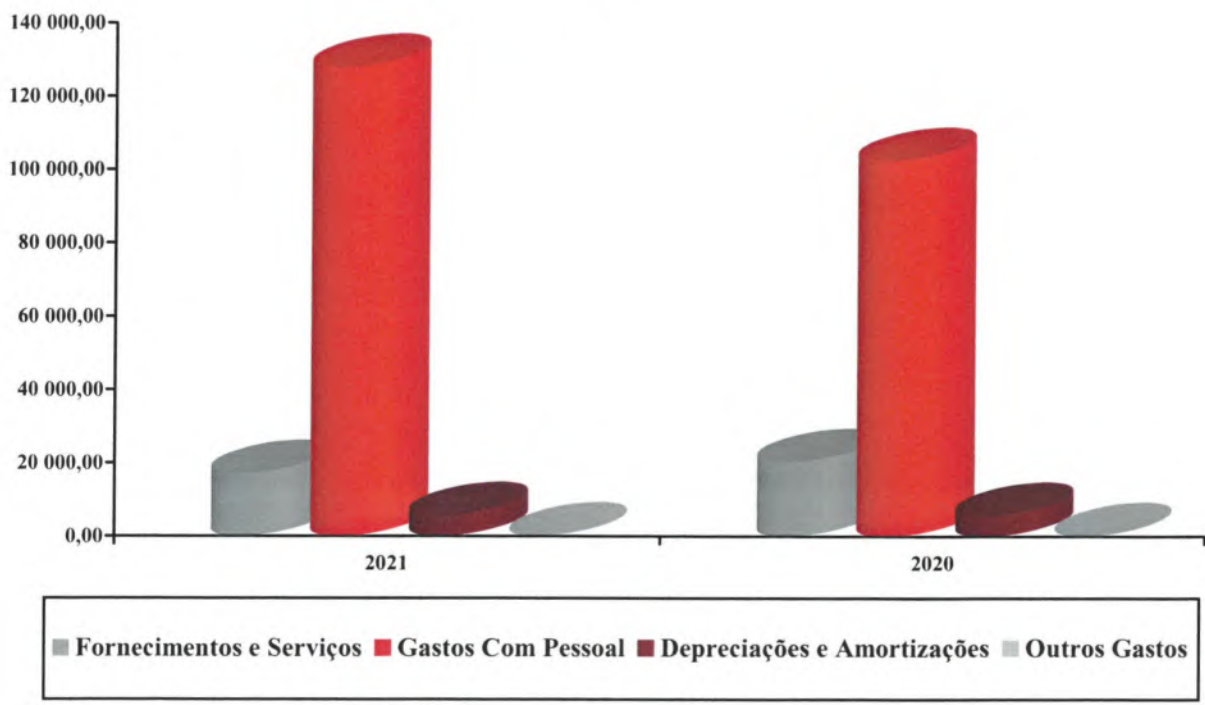
Handwritten signature and initials in the top right corner.

GRÁFICOS COMPARATIVOS

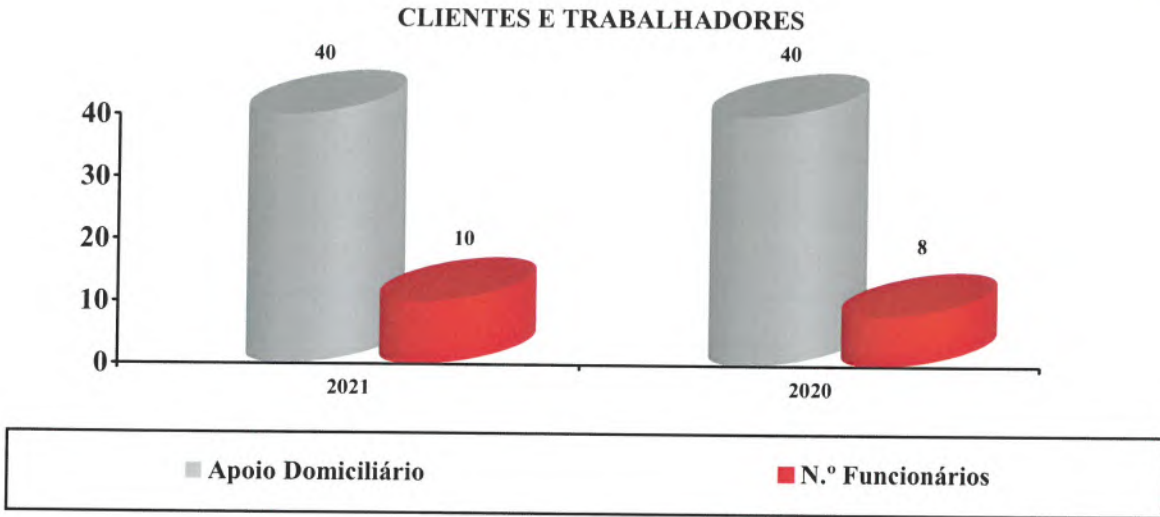
RENDIMENTOS



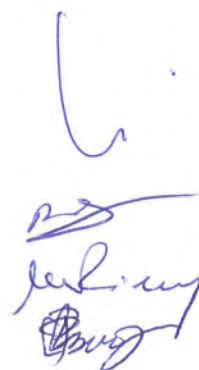
GASTOS



Handwritten notes:
↓
P. 1
reaching



ANEXO
(Período 2021)



1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Centro Social e Paroquial de Limões

NIPC 502 854 944

1.2 – Sede

Rua da Igreja, n.º 1

4870-078 Limões

1.3 – Natureza da atividade

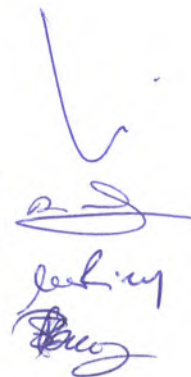
O Centro Social e Paroquial de Limões é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos sem alojamento, prestando serviços de Apoio Domiciliário.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.



Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto

quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os

princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registrada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registrada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registrada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rúbrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Rédito

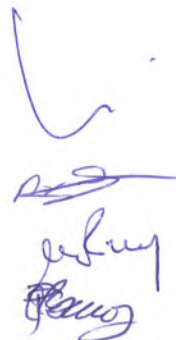
O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.



3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano 2022.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos. E alterações dos modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Edif. e outras construções	331.302,63			331.302,63			331.302,63
Equipamento básico	34.298,23			34.298,23			34.298,23
Equipamento administrativo	45.554,05			45.554,05	1.047,05		46.601,10
Out. ativos fixos tangíveis	22.431,03			22.431,03			22.431,03
AFT em curso	3.595,88			3.595,88			3.595,88
Sub-total	437.181,82			437.181,82	1.047,05		438.228,87
Depreciações e perdas por imparidade	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Edif. e outras construções	270.112,68	3.262,58		273.375,26	3.262,58		276.637,84
Equipamento básico	33.299,40	241,10		33.540,50	241,10		33.781,60
Equipamento administrativo	43.543,18	416,03		43.959,21	590,54		44.549,75
Out. ativos fixos tangíveis	17.177,01	1.729,99		18.907,00	1.479,99	1.020,83	19.366,16
Sub-total	364.132,27	5.649,70		369.781,97	5.574,21	1.020,83	374.335,35
Quantias líquidas escrituradas	73.049,55	-5.649,70		67.399,85	-4.527,16	-1.020,83	63.893,52

5 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

Entidades	2019	Aumentos	Diminuições	2020	Aumentos	Diminuições	2021
Fundo Compensação Trabalho	418,71	141,23		559,94	261,79		821,73
FRSS	117,00			117,00			117,00
Total	535,71	141,23		676,94	261,79		938,73

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

6 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidos no período	2021	2020
Venda de bens		
Prestação de serviços	14.911,05	13.567,25
Juros	183,05	461,67
Total	15.094,10	14.028,92

7 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

7.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2021	2020
Imputação de sub. para investimentos	174,50	

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2021	2020
CDSS - Acordos de Cooperação	141.552,00	136.632,00
CDSS - Layoff/ Apoio à Família	716,26	571,86
CDSS - Adaptar Social +		1.075,18
Município de Ribeira de Pena		1.500,00
IEFP	2.330,09	
Norte 2020 (+ Coeso)	18.189,54	
Total	162.787,89	139.779,04

Handwritten signature and initials in blue ink.

8 – Instrumentos financeiros

8.1 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2019	Aumentos	Reduções	2020	Aumentos	Reduções	2021
Resultados transitados	586.157,50	20.468,33		606.625,83	25.636,03	-1.413,37	630.848,49
Outras variações no Fundo Patrimonial					872,55		872,55
Resultado Líquido	20.468,33	25.636,03	-20.468,33	25.636,03	32.036,04	-25.636,03	32.036,04
Total	606.625,83	46.104,36	-20.468,33	632.261,86	58.544,62	-27.049,40	663.757,08

9 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

9.1 – Número médio de empregados

Vínculo	N.º de trab. início do ano	Admissões n.º trab.	Demissões n.º trab.	N.º de trab. final do ano
Efetivos	7			7
Termo certo	1	2		3
Termo incerto				
Total	8	2		10
Número médio de trabalhadores				10

Gastos com pessoal	2021	2020
Funcionários:	124.902,44	100.164,22
Remunerações	104.053,77	82.961,00
Segurança Social	20.848,67	17.203,22
Seguros	1.734,73	1.399,96
Outros	1.163,67	858,76
Total	127.800,84	102.422,94

9.2 – Órgãos sociais

Nenhum dos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão auferiram qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

11.4 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2021	2020
Ativo - Outras contas a receber		
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	4,87	7,12
Igreja de Limões		9.999,80
Fabrica da Igreja S. Pedro Cerva	60.000,00	60.000,00
Outros	28.851,14	28.851,14
CDSS Vila Real	447,26	1.075,18
Norte 2020	58.449,11	
IEFP	2.132,62	
Total	149.885,00	99.933,24
Passivo - Outras contas a pagar		
Credores por acréscimos de Gastos	16.121,02	15.077,80
Total	16.121,02	15.077,80

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

11.5 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2021	2020
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Venda de Energia EDP	4,87	7,12
Total	4,87	7,12
Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar		153,75
Férias e sub. férias a liquidar	15.997,60	14.782,44
Electricidade, água, comunicação a liquidar	123,42	141,61
Total	16.121,02	15.077,80

11.6 – Diferimentos

Diferimentos	2021	2020
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	1.350,39	1.120,74
Total	1.350,39	1.120,74
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração	45.684,90	
Total	45.684,90	

11.7 – Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2021	2020
Subcontratos	8.533,02	11.413,82
Trabalhos especializados	3.745,72	2.777,71
Vigilância e segurança		59,04
Honorários	20,00	
Ferramentas e utensílios	104,00	50,79
Material de escritório	1.183,02	532,47
Eletricidade	1.666,45	2.313,83
Água	106,62	112,35
Artigos para oferta	146,90	
Comunicação	455,50	384,73
Seguros	455,12	455,12
Despesas de representação		70,00
Limpeza, higiene e conforto	592,46	2.118,15
Total	17.008,81	20.288,01

Handwritten signature and initials in blue ink.

11.8 – Outros gastos

Outros Gastos	2021	2020
Correções de períodos anteriores	140,65	158,37
Quotizações	62,00	9,41
Outros	3,68	
Total	206,33	167,78

11.9 – Outros rendimentos

Outros Rendimentos	2021	2020
Donativos	26,00	103,80
Aluguer de equipamento	60,00	
Venda Energia EDP	175,72	252,70
Sinistros	4.308,02	
Imputação de Sub. Investimento	174,50	
Total	4.744,24	356,50

11.10 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2021.

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2021 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 32.036,04€ para Resultados Transitados. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Limões, 22 de fevereiro de 2022

A Entidade



O Contabilista Certificado

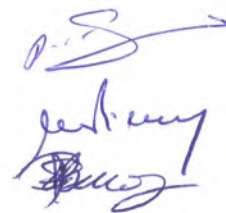
Handwritten signature of Luis Leite

Luis Leite
CC n.º 39242



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LIMÕES
Pessoa Colectiva Religiosa n.º 502172649

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2021)

Ex.mos Associados

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão do **Centro Social e Paroquial de Limões** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2021, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 32.036,04€.

2 – EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do volume de negócios

	2021	2020	Incremento na produção	
			Valor	%
Prestação de Serviços	14.911,05	13.567,25	1.343,80	9,90%
Varição da Produção				
Valor Bruto da Produção	14.911,05	13.567,25	1.343,80	9,90%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
CIVMC				
FSE	17.008,81	20.288,01	-3.279,20	-16,16%
Subcontratos	8.533,02	11.413,82	-2.880,80	-25,24%
Trabalhos especializados	3.745,72	2.777,71	968,01	34,85%
Ferramentas e utensílios	104,00	50,79	53,21	104,76%
Eletricidade	1.666,45	2.313,83	-647,38	-27,98%
Comunicação	455,50	384,73	70,77	18,39%
Despesas de representação		70,00	-70,00	-100,00%
Outros	2.504,12	3.277,13	-773,01	-23,59%
TOTAL FSE	17.008,81	20.288,01	-3.279,20	-16,16%
Gastos com pessoal	127.800,84	102.422,91	25.377,93	24,78%
Depreciações e amortizações	5.574,21	5.649,70	-75,49	-1,34%
Outros gastos e perdas	206,33	167,78	38,55	22,98%
Total dos gastos	150.590,19	128.528,40	22.061,79	17,16%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2021 a 177.698,94€ (153.346,29€ em 2020).

Evolução dos rendimentos

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	14.911,05	13.567,25	1.343,80	9,90%
Subsídios à exploração	162.787,89	139.779,04	23.008,85	16,46%
Outros rendimentos	4.744,24	356,50	4.387,74	1230,78%
Juros, dividendos e o. rendimentos similares	183,05	461,67	-278,62	-60,35%
Total dos Rendimentos	182.626,23	154.164,46	28.461,77	18,46%

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro de investimento em ativos fixos tangíveis

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Edifícios				
Equipamento Básico				
Equipamento de Transporte				
Equipamento Administrativo	1.047,05		1.047,05	
Outros Ativos Fixos Tangíveis				
AFT em curso				
Total	1.047,05		1.047,05	

Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	331.302,63	331.302,63		
Equipamento básico	34.298,23	34.298,23		
Equipamento administrativo	46.601,10	45.554,05	1.047,05	2,30%
Outros ativos fixos tangíveis	22.431,03	22.431,03		
AFT em curso	3.595,88	3.595,88		
Total	438.228,87	437.181,82	1.047,05	0,24%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes, ascendem a 150.943,20€ (102.495,24€ em 2020).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 19.773,94€ (18.766,40€ em 2020).

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de dezembro de 2021 até à data deste relatório, não ocorreu qualquer facto digno de referência.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – Autorizações concedidas a negócios entre a entidade e os seus diretores

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – Evolução previsível da entidade

A Direção em funções tudo fará para continuar a melhorar os serviços prestados aos seus utentes, bem como a gerir os seus recursos de forma a garantir o cumprimento da sua Missão Social.

12 – Proposta de aplicação de resultados

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2021 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 32.036,04€ para Resultados Transitados.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Limões, 22 de fevereiro de 2022

A Entidade





CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LIMÕES
Pessoa Colectiva Religiosa n.º 502172649

DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2021 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou durante dois anos consecutivos dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

Pe. José António Antunes
António Antunes
Leonor Antunes

Centro Social Paroquial de Limões
Serviço Solidário
N.º 502 172 649
4870 - 078 Limões



Handwritten signature in blue ink.

ATA Nº1/2022

.....Ata número um.....

Aos dezanove dias do mês de Março, do ano de dois mil e vinte e dois, na sede do Centro Social e Paroquial de Limões, pelas dezoito horas, reuniu a direção do Centro Social e Paroquial de Limões, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. ***Discussão e aprovação das contas de gerência e relatório de atividades do ano dois mil e vinte e um.***

Aberta a sessão pelo Presidente do Centro Social e Paroquial de Limões, Pe. José Patrício Ramos, verificou-se que estavam presentes os seguintes elementos: Maria José Ferreira Pires - Tesoureira e António José Costa Chaves - Secretário.

Começando pelo primeiro ponto da ordem de trabalhos, passou-se de imediato à leitura do Relatório de Atividades e dando uma explicação mais pormenorizada do seu conteúdo.

De seguida, passou-se à análise das contas de gerência, elaboradas pelo gabinete de contabilidade, referindo os rendimentos e os gastos, obtendo-se um resultado líquido do exercício de 32.036.04€ (trinta e dois mil e trinta e seis euros e quatro cêntimos).

Foram colocados a votação os dois documentos, tendo sido aprovados por unanimidade, quer o Relatório de Atividades, quer as Contas de Gerência, para o ano de dois mil e vinte e um.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida, vai ser assinada.

Presidente:

P. José Augusto S. R. Lima

Secretário:

Antonio José da Chaves

Tesoureiro:

Leandro José Figueira Pinheiro



.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

ATA
Nº
67

Aos dezasseis dias do mês de Março, do ano dois mil e vinte e dois, pelas dezasseis horas, em uma das instalações do Centro Social e Recreativo de Limes, o Conselho Fiscal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Analisar e aprovar referente ao ~~Orçamento~~ do ano de gestão do ano dois mil e vinte e um e respectivo Relatório de Atividades.

Atente a sessal pelo Presidente, o Conselho Fiscal tomou conhecimento e analisou o conteúdo referente ao conto de gestão e relatório de atividades referente ao ano dois mil e vinte e um de modo havendo a total fi enuncia a sessal, de qual se lecciona e apresenta que depois de lido não se acham

justificadas.

Maria Isabel Gonçalves